



Workshop

**A Propriedade
na construção
do Império
Português**

**Property
in the making of the
Portuguese Empire**

13 Novembro 2013 | Lisboa | FCSH-UNL
Edifício ID, sala Multiusos 1 (piso 0)

09h30-19h30

Entrada livre

[+ info](#)

Actividade enquadrada no Projecto “**Lands Over Seas: direitos de propriedade no Império Português moderno**” (PTDC/HIS-HIS/113654/2009), projecto desenvolvido pelo Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE-IUL (instituição de acolhimento), Centro de História de Além-Mar (CHAM/FCSH/UNL), Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL), Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT-MCTES) e Programa de Pós-Graduação em História da U. Federal Fluminense (PPGH-UFF).

Comissão Organizadora: José Vicente Serrão e Susana Münch Miranda

Organização: CHAM, UNL-UAç

Financiamento: FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

PROGRAMA

Abertura
09h30-10h00

José Vicente Serrão
Pensar a Propriedade no Império Português: velhos e novos problemas.

Atlântico
10h00-11h30

Moderador
Vítor Rodrigues

Maria Barreto Dávila
A infanta D. Beatriz e a questão da terra nos arquipélagos atlânticos (1470-1485).
Miguel Jasmins Rodrigues
Abolição dos morgadios: o caso da Madeira.
Paulo Silveira e Sousa
Terra e propriedade nos Açores durante o século XIX: o legado do Antigo Regime.

Keynote
12h00-13h00

Allan Greer
Land, Property and Colonization: Some Conceptual Issues.

Brasil
14h30-16h30

Moderador
Nuno G. Monteiro

Márcia Motta
Dos múltiplos direitos sobre um mesmo bem: as propriedades no nascimento do Brasil.
Carmen Alveal
Colonização e povoamento: análise das sesmarias nas Capitanias do Norte, do Estado do Brasil.
Wagner Argolo
Migração, glotocídio e direitos de propriedade no sul da Bahia (1750-1870).
Susana Matos Viegas
Equívocos produtivos: transformações do espaço ameríndio numa antiga missão jesuítica da costa Atlântica.

Índico
17h00-19h30

Moderadora
Eugénia Rodrigues

Maria Bastião
Entre a Ilha e a Terra: processos de construção do continente fronteiro à Ilha de Moçambique (1763-1802).
Bárbara Direito
Organizar o espaço, organizar a população: reservas «indígenas» no território da Companhia de Moçambique, 1914-1942.
Edgar Pereira
Terra jesuítica e a Administração do Confisco de Goa: a política de concessões fundiárias no final de Setecentos.
Manuel João Magalhães
Chefaturas aldeãs e segmentaridade: ficções de continuidade e instrumentos de ruptura na construção política das "comunidades" de Goa.
Alexander Ponsen
Macau, Manila and the concentration of Iberian sovereignty in East Asia, 1600-1650.



José Vicente Serrão
(ISCTE-IUL)

Pensar a Propriedade no Império Português: velhos e novos problemas.

A propriedade e os direitos sobre a terra não encabeçavam a lista de prioridades do projecto político de formação de um império português nem faziam parte do seu discurso de legitimação. No entanto, essas questões ocuparam um lugar-chave na história do império, sobretudo quando observadas a partir das dinâmicas locais ou a partir das motivações e das acções das pessoas concretas que participaram na construção desse império. São muitos e de vária ordem os problemas, novos e velhos, que merecem ser discutidos a propósito do papel desempenhado pela propriedade nos vários tempos e lugares do império português. Procura-se aqui introduzir o tema e sugerir uma agenda de investigação.

Maria Barreto Dávila
(CHAM, FCSH-UNL e UAç)

A infanta D. Beatriz e a questão da terra nos arquipélagos atlânticos (1470-1485).

Os arquipélagos do Atlântico foram os primeiros espaços a serem colonizados pelos Portugueses no século XV. Foram espaços de experimentação de um modelo de organização administrativa, territorial e de exploração económica que seria posteriormente aplicado a outras áreas do Império. Este processo de colonização adquiriu uma natureza marcadamente senhorial já que, desde muito cedo, foi conduzido pela Casa de Viseu. A partir de 1470, e até meados dos anos de 1480, esta Casa foi administrada por uma mulher, a infanta D. Beatriz, tutora do novo duque de Viseu, então menor de idade. Pela primeira vez na história portuguesa, um território ultramarino encontrava-se sob a administração de uma mulher. A sua actuação no espaço insular revelou ser de extrema importância quer para o incremento populacional dos Açores e Cabo Verde, quer para o crescimento económico da Madeira. Ao longo desta comunicação analisaremos a forma como D. Beatriz, adaptando-se às diferentes realidades insulares existentes, aí exerceu as suas prerrogativas senhoriais e, como através de uma mais eficaz distribuição e rentabilização da terra, usou a administração desses territórios para consolidar o seu poder.

Miguel Jasmins Rodrigues
(Centro de História do IICT)

Abolição dos morgadios: o caso da Madeira

Na sequência da lei de 30 de Julho de 1860, que obriga ao registo dos morgados e capelas sob pena de extinção e consigna no seu Artigo 29º a existência em cada distrito de um livro onde serão registados todos os vínculos, bem como do respetivo decreto regulamentar de 19 de Janeiro de 1861, constitui-se o Tombo do Registo Vincular do Funchal, cujos livros se guardam no Arquivo Regional da Madeira. Aí se encontram registados os bens vinculados de quinze casas, cada uma das quais procura demonstrar a antiguidade dos seus direitos seja por treslados documentais, seja indicando o instituidor do vínculo, processos através dos quais é possível recuar múltiplas décadas, não sendo raro remontar a finais do

século XV ou inícios do XVI. Este documento permite ainda determinar para cada morgado as diversas parcelas que integram o vínculo, assinalando o valor e rendimento anual de cada uma, bem como quem as cultiva efetivamente e até quais as culturas existentes e a água a que têm direito.

Paulo Silveira e Sousa

(CHAM-UNL e CESNOVA-UNL)

Terra e propriedade nos Açores durante o século XIX: o legado do Antigo Regime.

Os Açores foram uma das primeiras áreas de expansão e de experimentação dos modelos jurídicos e institucionais que, mais tarde, marcaram outras áreas do império. Em 1832 o liberalismo consagrou formalmente o arquipélago como parte metropolitana do Reino. Contudo, as continuidades com o passado não devem ser subestimadas, num século XIX caracterizado por grandes transformações jurídicas e por uma progressiva abertura do mercado fundiário. Diversas formas de enfiteuse, de instituições vinculares, de arrendamentos, de subrogações de bens de aproveitamento de baldios e comuns continuaram a marcar a distribuição e a gestão social da propriedade. Numa economia agrária tradicional a terra e a sua distribuição permaneciam factores decisivos na produção e na reprodução económica, social e política das comunidades. Apenas no último quartel do século XIX a emigração e a acumulação de recursos monetários facilitarão uma nova e profunda mudança, permitindo a muitos agregados camponeses a compra de terra e a sua transformação em pequenos e médios proprietários.

Allan Greer

(McGill University and Institut d'Études Avancées de Paris)

Land, Property and Colonization: Some Conceptual Issues

The history of colonial property formation in the early modern Atlantic world has been written in rather naïve terms, as though property in land were a simple concept and as though the dispossession of indigenous peoples and the establishment of settler tenures in America were a step along the road to modernity. This paper re-examines the problematic meanings of basic terms, such as "land," "property" and "owner," in an effort to come to grips with the colonialist ideologies that seem to be built into the language of historiography. It opens up the question of whether it is possible to tell the story of colonial property making without resorting to teleology and without privileging European property systems at the expense of native property systems.

Márcia Motta

(UF Fluminense)

Dos múltiplos direitos sobre um mesmo bem: as propriedades no nascimento do Brasil.

Esta comunicação analisa as escalas de direitos revelados pelos embates jurídicos presentes na documentação sobre apropriação territorial no Rio de Janeiro no início dos anos 20 do século XIX. A nosso ver, o processo de transferência da Corte implicou também uma série de redefinições sobre o direito de ocupação das terras coloniais, bem como desnudou vários conflitos antes sublimados pela situação colonial. Para fazer jus à análise, pretendo focar as disputas pelas terras da Rainha Carlota Joaquina e os pretensos proprietários das terras. Para tanto, revisito a historiografia produzida sobre a Carlota Joaquina, como também os documentos jurídicos que buscaram definir os direitos de propriedades das áreas em disputa, localizadas no Rio de Janeiro.

Carmen Alveal

(UF Rio Grande do Norte)

Colonização e povoamento: análise das sesmarias nas Capitanias do Norte, do Estado do Brasil.

O estudo do sistema sesmarial da América portuguesa é de grande importância para a compreensão de sua economia, das formas de apropriação do espaço produtivo e dos conflitos motivados pela disputa pela posse da terra. O banco de dados Plataforma Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (SILB) tem trabalhado com as cartas de sesmaria do norte do Estado do Brasil, as capitanias do Rio Grande, Pernambuco, Paraíba e Ceará. Tem-se um total de 3943 cartas, 1438 (36,4%) para o Ceará, 414 (10,5%) para Pernambuco, 1152 (29,2%) para a Paraíba e 939 (23,8%) para o Rio Grande. As possibilidades de análise, contudo, não se restringem a uma análise quantitativa. É possível apreender, por meio do estudo sesmarial, parte da estrutura agropecuária da colônia portuguesa: plantações de açúcar, o cultivo de produtos para comercialização e autoconsumo, criação de gado, abastecimento e implantação de fábricas e engenhos. A investigação do sistema sesmarial contribui, também, para o aprofundamento da análise de questões relativas à propriedade e das suas multifacetadas formas. Assim, esta comunicação pretende discutir os resultados deste levantamento preliminar.

Wagner Argolo

(UFBA, CEHC-IUL, CAPES-PDSE)

Migração, glotocídio e direitos de propriedade no sul da Bahia (1750-1870)

Nesta comunicação, falaremos sobre a história externa da língua geral do sul da Bahia entre 1750 e 1870, levantando algumas hipóteses de como teria se dado o seu desaparecimento nesse período, considerando nomeadamente um aspecto particular desse processo: a sua articulação com a ocupação social do território e com os direitos de propriedade. Com o início da prosperidade da lavoura cacaueteira – nas antigas Capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro –, houve um forte movimento de migração sertaneja para a região costeira em questão, causando a luta entre sertanejos (principalmente do sexo masculino, conhecidos como “jagunços”) e nativos (índios, mamelucos e brancos pobres) pela posse das terras nas quais viriam a ser plantadas as grandes lavouras cacaueteiras, tendo como consequência o genocídio dos que já ocupavam tais terras há, pelo menos, dois séculos (pelo que se deve levar em conta a questão dos direitos de propriedade aí envolvidos) e o seu respectivo glotocídio, determinando o desaparecimento da língua geral do sul da Bahia, ao mesmo tempo em que introduzia a língua portuguesa na região, já reestruturada em sua variedade brasileira.

Susana Matos Viegas

(ICS-UL)

Equívocos produtivos: transformações do espaço ameríndio numa antiga missão jesuítica da costa Atlântica.

É ponto assente entre historiadores e antropólogos que os processos de uso da terra decorrentes do encontro colonial no Brasil foram marcados por sucessivos conflitos e mal-entendidos entre índios e colonizadores. Nesta comunicação argumento que entre os índios Tupinambá de Olivença que habitam na região de Mata Atlântica no sul da Bahia, desde pelo menos o século XVII quando ali se fixaram numa missão jesuítica, esses equívocos viabilizaram o encaixe entre os sentidos ‘nativos’ de posse da terra e os sucessivos regimes de privatização e apropriação do território. O sentido que os Tupinambá desenvolveram de posse temporária e altamente personalizada da terra, a par da sua mobilidade territorial cíclica, servirá aqui de ponto de partida para descrever esse equívoco produtivo. Partindo da atualidade, quando mapeei esta diversidade territorial para o estudo antropológico de demarcação da terra indígena Tupinambá de Olivença, e seguindo numa retrospectiva até ao período da missão,

mostrarei ainda a importância da pluralidade de regimes de ocupação deste mesmo território (entre uma área urbana da antiga sede, as áreas preservadas de mata e as fazendas de cacau, por exemplo) no entendimento desta diversidade de regimes de ocupação e posse das terras e suas transformações históricas.

Maria Bastião

(CHAM, FCSH-UNL&UAç e ISCTE-IUL)

Entre a *Ilha* e a *Terra*: processos de construção do continente fronteiro à Ilha de Moçambique (1763-1802).

A segunda metade do século XVIII representou para a Ilha de Moçambique um período de notável transformação. Entre outras, medidas como a autonomia administrativa relativamente ao Estado da Índia, a instauração da liberdade de comércio, o desenvolvimento do tráfico negreiro e a elevação a vila com Senado da Câmara reforçaram a sua posição enquanto capital política, administrativa, mercantil e económica. Mas se o desenvolvimento do espaço insular ocorrido em consequência destas medidas tem sido largamente destacado, menos conhecido é o processo de expansão da Ilha em direcção às terras continentais fronteiras. A presente comunicação procura pensar este processo numa cronologia compreendida entre 1763 e o final do século XVIII. Como foi feita a apropriação, concessão e exploração destas terras? Quem eram os seus proprietários e que benefícios sociais e económicos retiraram do acesso às terras? Como se relacionaram com a administração portuguesa e com os demais actores sociais e económicos?

Bárbara Direito

(IHC, FCSH-UNL)

Organizar o espaço, organizar a população: reservas 'indígenas' no território da Companhia de Moçambique, 1914-1942.

A literatura sobre colonialismo em África nos séculos XIX e XX tem demonstrado que as chamadas reservas «indígenas» são objectos complexos que obedeceram, ao longo dos anos, a diferentes objectivos das administrações coloniais, confrontadas com diversos «problemas» sociais e económicos, e foram apropriadas de formas diferentes pelas populações africanas às quais, em princípio, se destinavam. Serviram, em grande medida, para resolver a competição pelos recursos naturais e pela mão-de-obra entre diferentes grupos, mas em muitos casos as suas condições físicas não permitiam uma vida autónoma do sistema laboral ao serviço das populações colonas ou do Estado. Nesta comunicação proponho-me reflectir sobre as reservas «indígenas» criadas desde 1914 no Território de Manica e Sofala, região do centro de Moçambique administrada pela Companhia de Moçambique entre 1892 e 1942, e analisar o seu papel no contexto de um conjunto de políticas económicas e sociais. Procurarei, em especial, compreender como estas afectaram e condicionaram o acesso de populações africanas de diferentes regiões à terra e o modo como estas últimas procuraram assegurar a sua subsistência e as suas actividades económicas diante de um conjunto de constrangimentos.

Edgar Pereira

(Institute for History, Leiden University)

Terra jesuítica e a Administração do Confisco de Goa: a política de concessões fundiárias no final de setecentos.

Nesta comunicação pretende-se aceder ao processo de redistribuição da propriedade fundiária e de rendas agrárias que compunham o património que, após 1759, a Coroa portuguesa confiscou, em Goa, à Companhia de Jesus. Procura-se esclarecer como é que a Administração do Confisco de Goa e do Estado

da Índia - organismo que o consulado pombalino instituiu para gerir os antigos activos económico-financeiros dos inicianos - procedeu à concessão desses bens de raiz. Esta abordagem sustenta-se empiricamente em várias descrições contabilísticas e cadastros do antigo património jesuítico, que foram elaborados sensivelmente duas décadas após ser decretada a extinção da ordem. Vai, assim, proceder-se à inventariação dos bens de raiz detidos pelos jesuítas de Goa no período final da sua existência, determinando-se as suas diferentes funcionalidades e aferindo-se o respectivo rendimento económico. São, também, identificados os principais concessionários destas propriedades e as modalidades contratuais através das quais a coroa efectuou essas cedências. Os principais objectivos desta comunicação são, portanto: aferir, por um lado, a dimensão do património fundiário nas mãos dos jesuítas à entrada para a segunda metade de Setecentos; e, por outro, analisar a participação social na redistribuição dos prédios rústicos, enquanto manifestação do interesse que a aquisição de terra despertava na sociedade indo-portuguesa da época.

Manuel João Magalhães
(ISCTE-IUL)

Chefaturas aldeãs e segmentaridade: ficções de continuidade e instrumentos de ruptura na construção política das "comunidades" de Goa

Facto pouco relevado pela tradição historiográfica indo-portuguesa, a excepcional longevidade do projecto colonial português na Índia resulta, em grande medida, da relação de mútua dependência que a coroa estabeleceu, ainda na primeira metade do século XVI, com as várias chefaturas da região de Goa. Designadas pelos portugueses pelo título erróneo de "comunidades aldeãs", estas chefaturas estavam investidas de amplas atribuições fiscais, fundiárias e militares, identificando não só os principais grupos terratenentes da região mas também a unidade mais básica de uma estrutura centrípeta de poder que percorria diversos níveis de autoridade até alcançar o soberano. Confrontando o arquivo colonial com materiais relativos à configuração política e ideológica da península em período medieval, esta comunicação pretende explorar alguns dos aspectos mais salientes da intromissão do aparelho colonial nas estruturas de poder locais. Procurar-se-á explorar os princípios ideológicos que sustentavam o domínio das "comunidades" sobre a economia fundiária da região, entendendo-os sob o prisma de uma relação de homologia com as camadas superiores de autoridade, de modo a identificar alguns dos instrumentos e ficções legais que permitiram à coroa portuguesa posicionar-se nas dinâmicas políticas do subcontinente.

Alexander Ponsen
(University of Pennsylvania)

Macau, Manila and the concentration of Iberian sovereignty in East Asia, 1600-1650.

Over the first half of the seventeenth century, maritime threats from northern European privateers coincided with a series of terrestrial challenges from local Asian polities forcing a general recession of the Iberian presence across East Asia. Yet despite such pressures, it was precisely in this period that Macau and Manila emerged as the undisputed, enduring centers of Iberian power in the region. But how far inland did Portuguese and Spanish sovereignty extend, and to what extent did the Iberians enjoy full sovereignty even within city limits? What does it mean to speak about imperial sovereignty in places at such great distances from viceregal centers of colonial power? This paper will examine how the Portuguese and Spanish concentrated their sovereignty in Macau and Manila, the ways their strategies coincided or diverged at different moments, and how they reconciled the territorial expansionary aspirations of certain prominent voices with the reality of limited Iberian power on the ground. Finally, it will demonstrate how external threats actually led to the consolidation of Iberian sovereignty in each city, as the Portuguese and Spanish reinforced their defensive fortifications to shield themselves from naval assault while at the same time strengthening their territorial position relative to neighboring Asian powers.